

Primavera dos povos no mundo árabe

AS REVOLTAS POPULARES que se têm verificando nos países do mundo árabe, desde a queda em Fevereiro deste ano do presidente Ben Ali, na Tunísia, parecem indicar o início de profundas mudanças no tipo de regime que tem caracterizado a região. Com efeito, assiste-se na grande maioria destes países à subsistência ao longo décadas de regimes assentes em figuras carismáticas fortemente apoiadas pelas estruturas militares, com controlo claro das forças da ordem e de toda a máquina do Estado. Estes regimes fortes têm servido na perfeição as aspirações da comunidade internacional, porquanto têm conseguido manter uma aparente estabilidade interna e, por conseguinte, regional, através do controlo das vozes da oposição.

Se tem existido o receio de que a oposição islamista pudesse tentar impor regimes teocráticos de pendor extremista, com repercussões internas e internacionais nefastas e indesejadas, essa posição tem servido igualmente para silenciar qualquer tipo de contestação à ordem vigente. Importa ter em consideração, desde logo, que o conjunto de países do Médio Oriente e Magrebe tem uma população de cerca de trezentos milhões de pessoas que, apesar de professarem, na sua esmagadora maioria, o islamismo, de falarem a língua árabe, de terem populações jovens e, logo, taxas de natalidade elevadas, bem como regimes semelhantes na sua forma de exercer o poder, conhecem realidades internas muito díspares entre si, levando a que não se possa facilmente avaliar o todo pela parte. Nem mesmo em relação aos países do Magrebe se pode fazer uma leitura padronizada no que diz respeito à evolução da política interna.

Elementos caracterizadores dos regimes autocráticos

Como denominador comum podemos apontar alguns elementos que poderão servir de base de análise ao surgimento e perpetuação no poder dos regimes autocráticos no Médio Oriente e Magrebe e que passamos a enunciar.

Desde logo, a consolidação das independências face a anteriores potências colonizadoras e, conseqüentemente, a afirmação da nacio-

nalidade. Após a descolonização operada nos países da região, em resposta às aspirações legítimas dos povos, os regimes políticos nacionais surgem intimamente ligados à conquista da desejada independência, gozando logo à partida de uma forte legitimidade junto das populações. A figura paternal de cariz providencial a que os diversos líderes, sem excepção, se associaram capitalizou o apoio popular, conjugado com o culto da personalidade e da imagem do líder. O papel de garante da estabilidade interna e da paz gerou um sentimento de segurança associado à figura de proa e ao seu regime, que, com o passar dos anos, fez com que se tornassem, inevitavelmente, em regimes policiais altamente controladores. A promessa de reformas e melhoria das condições de vida da população em geral, pois largos sectores da população enfrentam carências que teimam em persistir. A salvaguarda dos valores religiosos e do Islão como religião do Estado, sem permitir, no entanto, a ascensão de facções radicais restritivas dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Por outro lado, se no seguimento das independências e do processo de afirmação do Estado como entidade capaz de *per si* levar a bom porto os destinos de uma nação, não se conhece, ao longo dos anos, uma evolução nos domínios social, económico e político, é de esperar que surjam focos de descontentamento e de contestação. Nesse quadro, havendo abertura ao diálogo, uma oposição minimamente credível e uma sociedade atenta e participativa, os ciclos políticos vão-se sucedendo e as populações, mal ou bem, vão fazendo as suas escolhas. Ora, na região em apreço, isso não sucede. Verifica-se a falta de partidos políticos com expressão, ou mesmo inexistência completa dos mesmos, assim como inexistência de diálogo e de participação popular na vida política, sendo a soberania popular um conceito desconhecido nos países árabes. Só assim se pode justificar o ascendente dos regimes autoritários sobre um povo, com a ausência de oposição e de qualquer oportunidade de pôr em causa o *status quo*, alcançado pela propaganda, pelo controlo de informação e pela repressão, as-

sociado à corrupção e à economia paralela que assola todos os quadrantes da sociedade. No entanto, por mais eficaz que seja o aparelho do regime, à medida que os anos vão passando, com a renovação das gerações, cujo sangue novo desperta posições mais arrebatadas, torna-se cada vez mais difícil conter a contestação e suportar o regime.

Os povos e os seus líderes

A relação dos povos com os seus soberanos foi evoluindo ao longo dos anos, começando com uma fase inicial de reconhecimento do valor do líder/regime e de esperança nas suas políticas, passando por uma fase de doutrinação e de habituação prolongada à realidade interna, situação essa que evolui no sentido de um descontentamento crescente, ainda que silencioso, e que culmina numa contestação generalizada que nem a força consegue conter.

É possível então traçar alguns pontos comuns aos países da região no que diz respeito ao sentimento das populações perante as elites. Desde logo a demora na concretização das reformas esperadas e a percepção de que estas não operam por vontade do regime e não pelas dificuldades que sempre justificaram a inoperância. As elevadas percentagens da população a viver abaixo do limiar da pobreza, a manutenção ou mesmo degradação das condições sociais, nomeadamente no que diz respeito ao emprego, à habitação e aos salários, as restrições à liberdade de opinião, de imprensa, de reunião e de circulação. A promessa contínua, mas nunca concretizada, de melhorias, levando a um descontentamento generalizado causado pela sensação de que a vida é marcada por um acumular de oportunidades perdidas e de sonhos gorados, em suma, a perda de qualquer réstia de esperança na bonomia do regime.

Na verdade o descrédito das elites, aliado ao facto de a média de idades desta massa populacional, ávida de mudança, ser de 24,7 anos (a média de idades na União Europeia é de 40,5 anos), não é por si só passível de provocar um movimento, capaz de abalar regimes fortemente implantados ao longo de décadas. A estes dois factores há que fazer referência a uma panóplia de elementos cuja conjugação se transforma numa mistura explosiva para qualquer regime autoritário.

É de referir a abertura de muitos destes países ao turismo e o conseqüente conhecimento

de outras mentalidades, posturas, aspirações e disponibilidade financeira, levando muitas pessoas, especialmente os jovens, a interrogar-se acerca das razões para uma tal diferença entre a sua realidade e aquela dos turistas com os quais contactam. O alargamento do acesso a canais televisivos por satélite trazendo para o seio de todos os lares um admirável mundo novo e uma nova perspectiva acerca do que se passa no resto do mundo e de como vivem outros povos. A massificação do uso da internet com as auto-estradas da informação abertas a qualquer matéria, permitindo o acesso e a partilha de informação em tempo real, com todo o mundo. A possibilidade de efectuar viagens ao estrangeiro verificando assim, *in loco*, o modo de vida de outros povos, bem como, os contactos com familiares e amigos a residir no Ocidente. A percepção cada vez mais clara e evidente de que há uma elite restrita que domina a economia e os privilégios, deixando muito pouco do rendimento do Estado para aplicar nas necessidades de uma maioria desprotegida e empobrecida, além de coarctar as oportunidades de iniciativa privada fora dos círculos que gravitam à volta do poder. O aumento do número de anos de escolaridade proporcionando um aumento significativo da literacia, destacando-se em muitos dos países da região o número de universitários e de licenciados sem emprego.

“
[...] as mudanças em curso são profundas, [...] reconfigurarão os equilíbrios de poder em toda a região e [...] terão um impacto fortíssimo no xadrez mundial.”

Um facto incontornável na região é o de que os Estados possibilitaram aos jovens o acesso a estudos universitários, sem obedecer a nenhum tipo de planeamento e de identificação das necessidades do país, nem da capacidade de absorção daquela mão-de-obra qualificada por parte do mercado de trabalho. Assim criaram-se massas de jovens esclarecidos sem emprego e sem solução à vista, avolumando as já elevadas taxas de desemprego. Uma forte aspiração a uma vida melhor, sem nada a perder pelo facto de o exigirem, tanto por parte dos jovens que nasceram e sempre viveram enquadrados pelos regimes e portan-

to não guardam a deferência para com estes que vêm nos seus pais e avós, mas também no que diz respeito às gerações mais velhas, para as quais parece ter chegado a altura de afirmar o descontentamento há muito reprimido. Factor decisivo poder-se-á afirmar ser a banalização das comunicações móveis e das redes sociais na internet que vieram permitir a troca permanente de ideias, de mensagens, a partilha de vontades e a sua disseminação em rede, chegando a um número inimaginável de pessoas num ápice.

A conjugação dos factores descritos traça um quadro potencial de contestação com repercussões profundas na configuração política e social da região.

O rearranjo interno e o seu impacto à escala global

A contestação interna é um sinal claro de um povo atento e de um país pleno de vitalidade. A mudança não tem obrigatoriamente que ver com uma ruptura total com o passado, apesar de, por via de regra, se não se verificar um corte radical com a realidade política que os povos contestam, as verdadeiras mudanças

nunca se verificam, limitando-se os períodos de agitação a ter como resultado meras alterações superficiais à ordem estabelecida. Ao que tudo indica, os povos árabes clamam por mudanças efectivas. Com efeito, os movimentos de contestação a alguns regimes árabes têm uma base popular, não se conhecendo uma estrutura política organizada, um projecto, uma ideologia ou uma liderança. Não se vislumbra uma transição pacífica para novos paradigmas de governação, nem um caminho claro a seguir, pois a não existência de um rumo deixa adivinhar tempos conturbados na política interna dos Estados por onde sopram os ventos de mudança.

Este clima de instabilidade, que se adivinha longo, trará uma série de problemas à escala regional e mesmo global, pois há que ter em conta diversos factores. As taxas de desemprego, sendo já elevadas na pendência de regimes aos quais interessa manter o desemprego controlado, numa situação de instabilidade é de prever que aumentem, desde logo pela paralisação de empresas e sectores da economia. Se o desemprego chegava a atingir números na ordem dos 35% no Líbano, 30% na Líbia e

na Mauritânia e a rondar os 10 a 15% nos restantes países, é de prever que, com o aumento destas taxas, já de si elevadíssimas, num clima de instabilidade e sem o controlo policial exercido pelos regimes, a imigração aumente exponencialmente em direcção à Europa.

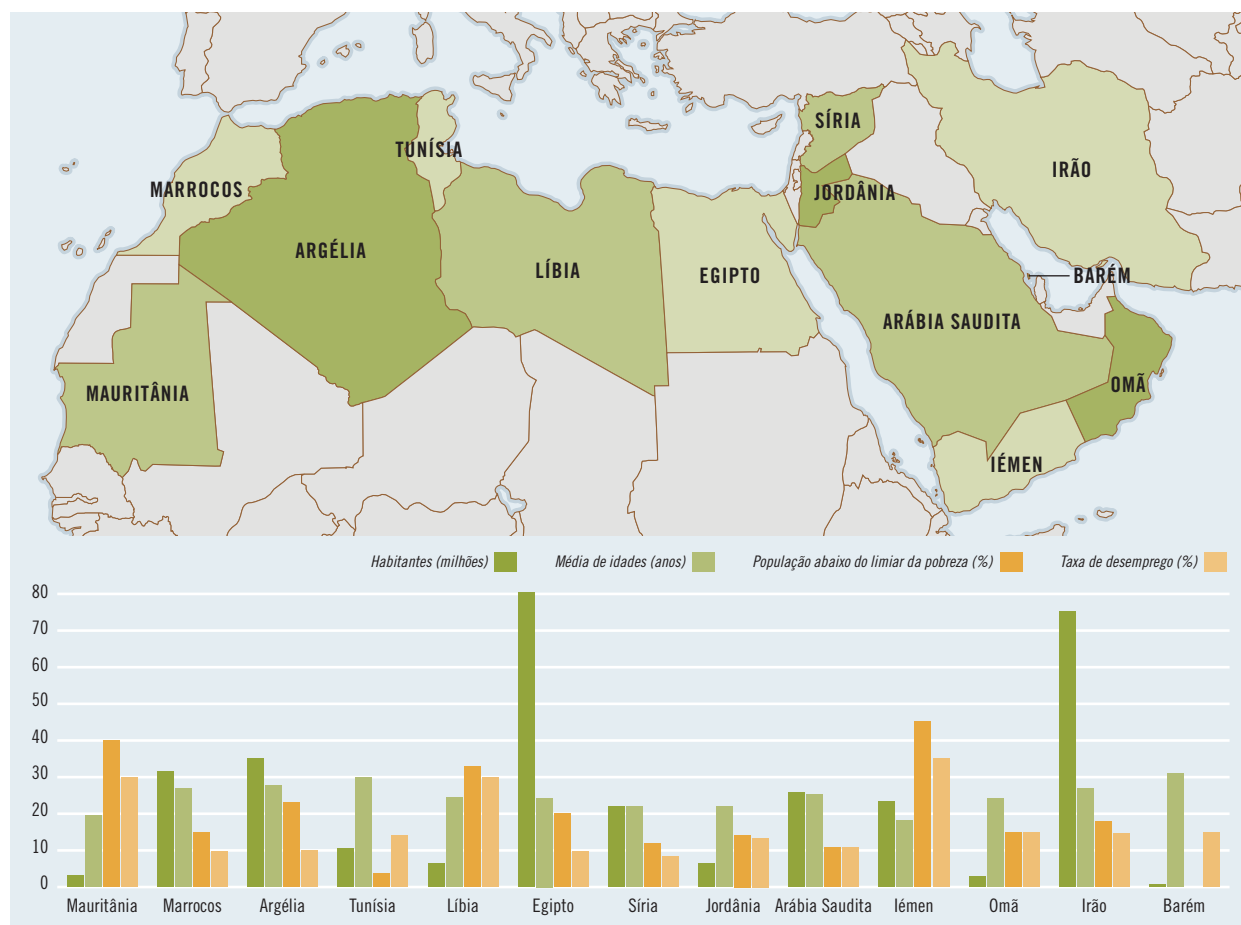
O mercado europeu, a braços com uma crise económica e financeira, com taxas de desemprego também elevadas, não tem capacidade para acolher massas de imigrantes, causando assim um problema nada fácil de resolver. A extracção e fornecimento de hidrocarbonetos (petróleo e gás natural) sairão certamente afectados, com repercussões imediatas nos preços, que tenderão a subir, fazendo jus à lei da oferta e da procura. De referir que a Líbia é o país africano com maiores reservas de petróleo (44,3 mil milhões de barris) e a Argélia é, logo a seguir à Nigéria, o segundo país de África com maiores reservas de gás natural. A não existência de organizações políticas fortes nestes países poderá abrir o caminho em direcção ao poder a organizações religiosas islâmicas, correndo-se o risco de uma deriva islamista dos países onde se verifiquem revoluções. É de referir o exemplo da Irmandade

Muçulmana, que teve a sua origem em 1928, no Egipto, e das organizações satélite em vários países da região. Se, há décadas, em muitos casos estas organizações prestam um apoio social louvável às populações, casos há em que a sua actuação assume contornos diferentes basta ver os exemplos do Hamas na Palestina ou do Hezbollah no Líbano. Ainda assim, este cenário parece pouco provável, pois as populações têm-se manifestado a favor da liberdade e da abertura, opondo-se certamente a uma regressão ao nível dos direitos individuais e da modernidade, de que são sinónimo os regimes teocráticos extremistas. Outro assunto preocupante está ligado à questão do processo de paz no Médio Oriente, no qual o Egipto tem sido um garante da estabilidade na região. Um extremar de posições, nomeadamente desrespeitando os acordos de paz com Israel, poderia ter consequências de uma magnitude insondável, não só a nível regional, mas também a nível mundial. De igual modo, uma perturbação à normal utilização do canal do Suez, passagem fundamental para o tráfego comercial marítimo entre o Oriente e o Ocidente, poderia ter um efeito devastador para a economia, para a paz e estabilidade mundiais.

Considerando que as variáveis enunciadas se aplicam à generalidade dos países árabes, há características específicas em cada um deles que levam a que o futuro se adivinhe muito diferente de país para país, e o futuro político de toda a região constitua neste momento uma incógnita. A estabilidade de Marrocos assente na legitimidade da dinastia alauita e na abertura à modernidade que já se verifica há alguns anos, semelhante aliás ao caso da Jordânia, o Líbano em que mais de 40% da população vive abaixo do limiar da pobreza e a taxa de desemprego se cifra nos 35%, a Líbia com um sistema político *sui generis*, um líder há mais de 40 anos no poder e com uma produção petrolífera considerável ou o Irão, que, não sendo um país árabe, é um Estado teocrático muçulmano com dinâmicas internas assaz interessantes.

Muitas são as interrogações sobre o futuro dos países árabes, havendo apenas a certeza de que as mudanças em curso são profundas, que reconfigurarão os equilíbrios de poder em toda a região e que terão um impacto fortíssimo no xadrez mundial.

A primavera dos povos está a chegar ao mundo árabe. ■



Factores de tensão socio-económica no Médio Oriente e Magrebe. Fonte AFP, Reuters, PÚBLICO, BBC e CIA World Factbook.